



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

JOSÉ FERREIRA GOMES

CURRICULUM VITAE

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), jurisconsulto e árbitro.

É Doutor em Direito pela FDUL (2014), LL.M. pela Columbia University (Nova Iorque)(2004) e licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (2001).

Foi bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (bolsa de doutoramento) com interrupções, de 2007 a 2009 e de 2010 a 2012. Em 2007-2008 foi Visiting Scholar and Research Fellow na Columbia University School of Law, em Nova Iorque. Desde 2008 realizou diversos períodos de investigação no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht, em Hamburgo (tendo sido bolseiro em 2012), e na Ludwig-Maximilians-Universität München, em Munique.

É membro do Instituto de Direito Privado (IDP) e do Centro de Investigação de Direito Privado (CIDP), da comissão de revisão da Revista de Direito das Sociedades, da comissão executiva do Código das Sociedades Comerciais Anotado, e da direção do Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais da FDUL.

É membro do conselho científico da Revista Cooperativismo e Economía Social.

É também membro da Associação Portuguesa de Arbitragem, da Associação Luso-Alemã de Juristas (Deutsch-Lusitanische Juristenvereinigung), da associação Freunde des Hamburger Max-Planck-Instituts für ausländisches und internationales Privatrecht e.V., e do Governance Lab, grupo de investigação e reflexão crítica sobre temas relacionados com o governo das organizações, coordenado por Paulo Câmara.

Exerceu advocacia na Uría Menéndez (sobretudo, M&A e financeiro) (2001-2003, 2004-2007), assessorou a comissão do Instituto Português de Corporate Governance de redação de um projeto de Código de Bom Governo das Sociedades (2009), coordenou a equipa de juristas do (então) Departamento de Supervisão de Mercados, Emitentes e Informação (DMEI) da CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (2013-2014), assessorou o grupo de trabalho do Banco de Portugal que formulou recomendações sobre o governo das instituições de crédito (2015) e foi consultor externo da CMVM, assessorando o conselho de administração e a direção de vários departamentos em matérias de regulação e supervisão (2014-2021).

É presidente da mesa da assembleia geral de várias sociedades anónimas.

Participa na elaboração de projetos legislativos nas áreas do Direito comercial, das sociedades comerciais, dos valores mobiliários e bancário, tanto em Portugal como noutros países lusófonos. Colaborou com a CMVM, na qualidade de perito externo, na reforma do Código dos Valores Mobiliários em curso.

As suas áreas de investigação são o Direito civil e o Direito comercial, com destaque para o Direito das sociedades comerciais, dos valores mobiliários e bancário.

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES

Monografias:

- *Manual de M&A – Aquisição de empresas e de participações sociais*, no prelo.
- *Manual de sociedades abertas e de sociedades cotadas*, AAFDL, 2018, coordenação conjunta com Diogo Costa Gonçalves.
- *A imputação de conhecimento às sociedades comerciais*, Almedina, 2017, em coautoria com Diogo Costa Gonçalves.
- *Da administração à fiscalização de sociedades: A obrigação de vigilância dos órgãos da sociedade anónima*, dissertação de doutoramento, Almedina, 2015.

Artigos:

- “A eficácia dos acordos parassociais”, in *Estudos em Honra do Dr. João Soares da Silva*, no prelo.
- “Do ‘*corporate governance*’ ao ‘*product governance*’ na intermediação financeira, in *Cadernos do Mercado dos Valores Mobiliários*, edição especial comemorativa dos 20 anos do CVM, no prelo.
- Anotação aos artigos 619.º a 622.º (arresto) e 656.º a 665.º (consignação de rendimentos), in António Menezes Cordeiro (coord.), *Código Civil comentado*, 2, 2021.
- “A transposição da alteração à Diretriz dos direitos dos acionistas: a Lei n.º 50/2020”, *Revista de Direito das Sociedades*, 11:3/4 (2019), 701-733 (publicado em 2020).
- “Contratos de M&A em tempos de pandemia: impossibilidade, alteração das circunstâncias e cláusulas mac, *hardship* e força maior”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 61:1 (2020), número temático Covid19 e o Direito, 365-390.

- “Responsabilidade civil dos administradores: ilicitude e culpa”, in Paulo Câmara (coord.), *Administração e governação das sociedades*, 2020, 279-307.
- “Compra de empresas (M&A)”, in 2.º Videocast Novo Coronavírus, e-book CIDP, 44-53.
- Anotação aos artigos 413.º a 413.º-H e 434.º a 446.º (Fiscalização das Sociedades Anónimas), in António Menezes Cordeiro (coord.), *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, 3.ª ed., 2020.
- “Nomeação judicial de titulares de órgãos sociais”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Germano Marques da Silva*, 2020, 1415-1437 = *Processos especiais dos Juízos do Comércio*, e-book do CEJ, 2019.
- “Administração das fundações”, in Diogo Costa Gonçalves e Rui Soares Pereira (coord.), *Jornadas de Direito das Fundações*, em curso de publicação.
- “Imputação de conhecimento e Direito dos valores mobiliários: caso prático - intermediação financeira e fragmentação da informação”, in Paulo Câmara (coord.), *O novo Direito dos valores mobiliários: II Congresso de valores mobiliários e mercados financeiros*, 2019, 199-222.
- Anotação aos artigos 65.º a 69.º (Conselho Geral e de Supervisão), in Deolinda Meira e Maria Elisabete Ramos, *Código Cooperativo Anotado*, 2019 (o artigo 67.º em coautoria com Alexandre de Soveral Martins), 355-385.
- “Anotação ao acórdão do STJ de 5-jul.-2018 (Abrantes Geraldês): a competência especializada dos juízos de comércio para questões societárias”, *Revista de Direito das Sociedades*, 10:4 (2018), 837-844.
- “Os acordos de acionistas que regulam a conduta dos administradores das S.A., à luz do direito brasileiro”, *Revista de Direito das Sociedades*, 10:3 (2018), 495-526.

- “Misconceptions in the EU corporate governance discussion: International terminology and country-specific regulation”, *Portuguese Law Review*, 2:2 (2018), 161-172.
- “A nulidade do negócio jurídico por contrariedade à lei (arts. 294.º e 280.º/1 CC): normas de conduta v. normas de validade”, *Revista de Direito Civil*, 2:2 (2018), 323-349.
- “Modelos de governo das S.A.: a difícil compreensão do modelo germânico e os requisitos de fiscalização reforçada da Lei n.º 148/2015”, *Revista de Direito das Sociedades*, 10:2 (2018), 397-430.
- “Responsabilidade civil dos funcionários e administradores das instituições de crédito perante o art. 304.º/5 CVM”, *Direito das Sociedades em Revista*, 19 (2018), 99-130.
- “O novo Código de Governo das Sociedades do IPCG e a substituição do Código da CMVM”, *Revista de Direito das Sociedades*, 9:4 (2017), 979-991.
- “Conflito de interesses e benefícios (*inducements*) dos intermediários financeiros perante a MiFID II”, in Paulo Câmara (coord.), *O novo Direito dos valores mobiliários: I Congresso de valores mobiliários e mercados financeiros*, 2017, 227-250.
- “A alteração do CSC pelo Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho: Conversão de créditos de suprimentos em capital”, *Revista de Direito das Sociedades*, 9:3 (2017), 535-548.
- “O Decreto-Lei n.º 20/2016 e a desblindagem dos estatutos das instituições de crédito: Um diploma à prova de bala?”, *Revista de Direito das Sociedades*, 9:2 (2017), 45-78, em coautoria com Nádía Reis.
- “Alterações aos artigos 87.º e 88.º do Código das Sociedades Comerciais – Conversão de créditos de suprimentos em capital”, *Revista de Direito das Sociedades*, 9:1 (2017), 25-32.

- “Resposta à consulta pública relativa ao projeto de proposta de lei que aprova o Regime Jurídico de Conversão de Créditos em Capital”, *Revista de Direito das Sociedades*, 9:1 (2017), 143-156, em coautoria com Catarina Monteiro Pires.
- “O sentido dos «deveres de cuidado» (art. 64.º CSC): «Once more unto the breach, my friends, once more»”, *Revista da Ordem dos Advogados*, 76:1-4 (2016), 447-496.
- “Responsabilidade civil pelo prospecto: A delimitação dos responsáveis perante o art. 149.º/1 CVM”, *Revista de Direito das Sociedades*, 8:4 (2016), 813-852.
- “*Reliance*: Exclusão da responsabilidade civil dos membros dos órgãos sociais com base na confiança depositada na informação recebida”, *Revista de Direito das Sociedades*, 8:1 (2016), 49-81.
- “Os princípios da responsabilidade e da direção global”, in Paulo Câmara (coord.), *A governação dos bancos nos sistemas jurídicos lusófonos*, 2016, 89-122.
- “A reforma do sistema de supervisão pública da atividade de auditoria em Portugal”, *Revista Lex Mercatoria*, 1:1 (2016) 38-41.
- “A discricionariedade empresarial, a *business judgment rule* e a celebração de contratos de *swap*”, *Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários: Ensaios de homenagem a Amadeu Ferreira*, 2 (2015), 57-98.
- “Novas regras sobre o governo das Instituições de Crédito”, *Revista de Direito das Sociedades*, 7:1 (2015) 7-49.
- Comentário às recomendações II.2.1., II.2.2., II.2.4., IV.1.1. e IV.1.2., in PAULO CÂMARA (coord.), *Código do Governo das Sociedades Anotado*, 2012.
- “O governo dos grupos de sociedades”, in Paulo Câmara (coord.), *O governo das organizações: A vocação universal do corporate governance*, 2011.

- “Conflito de interesses entre accionistas nos negócios celebrados entre a sociedade anónima e o seu accionista controlador”, in Paulo Câmara (coord.), *Conflito de interesses no direito societário e financeiro: Um balanço a partir da crise*, 2010.
- “Os deveres de informação sobre negócios com partes relacionadas e os recentes Decretos-Leis n.ºs 158/2009 e 185/2009”, *Revista de Direito das Sociedades*, 1:3 (2009), 587-633.
- “A responsabilidade civil dos auditores”, in Paulo Câmara (coord.), *Código das Sociedades Comerciais e Governo das Sociedades*, 2008.
- “A fiscalização externa das sociedades comerciais e a independência dos auditores: A reforma europeia, a influência norte-americana e a transposição para o direito português”, *Cadernos do Mercado dos Valores Mobiliários*, 24 (2006) 180-216, edição especial comemorativa dos 15 anos da CMVM. Agraciado com o Prémio CMVM 2005.
- “Auditors as gatekeepers: the European reform of auditors’ legal regime and the American influence”, *The Columbia Journal of European Law*, 11:3 (2005), 665-703.

* * *

Atualizado a 7 de maio de 2021